

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESPECIALIZAÇÃO

FILOSOFIA, SOCIEDADE E CULTURA

Silvia de Cassia Ramalho Ribeiro Vireque

O CONTEXTO NEOLIBERAL, A CONSTITUIÇÃO DO INDIVÍDUO E O
CONTEXTO SÓCIO-EDUCACIONAL

Juiz de Fora - MG

2017

SILVIA DE CASSIA RAMALHO RIBEIRO VIREQUE

O CONTEXTO NEOLIBERAL, A CONSTITUIÇÃO DO INDIVÍDUO E O
CONTEXTO SÓCIO-EDUCACIONAL

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia, Sociedade e Cultura do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. Joacir Teixeira Melo

Juiz de Fora – MG

2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1- Justificativa.....	5
1.2- Objetivos.....	5
2. DESENVOLVIMENTO.....	6
2.1- O Contexto Neoliberal.....	6
2.2- A Construção da Individualidade.....	14
2.3- A Propriedade que o Neoliberalismo quer.....	20
2.4- O Contexto Sócio-Educacional.....	25
3. CONCLUSÃO.....	34
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

O Bicho

Vi um bicho

Na imundície do

pátio

Catando comida

entre os detritos

Quando achava

alguma coisa,

Não examinava

nem cheirava:

Engolia com voracidade

O bicho não era um cão,

Não era um gato,

Não era um rato,

O bicho, meu Deus, era um homem.

(Manoel Bandeira)

Palavras-chave: Neoliberalismo, Indivíduo, Sociedade, Propriedade, Contexto Educacional.

1- INTRODUÇÃO

A presente Monografia tem como objeto o Contexto Neoliberal, a Constituição do Indivíduo e a Realidade Sócio-Educacional.

O problema abordado na presente monografia refere-se às consequências das práticas neoliberais no contexto social, e quanto suas medidas afetam os indivíduos refletindo em toda a sociedade, destacando a realidade sócio-educacional.

1.1-OBJETIVOS:

Este trabalho é proposto como uma fonte de reflexão sobre a sociedade, e a sua constituição, incluindo os problemas contemporâneos que ela enfrenta, como as consequências das práticas neoliberais, o focando nos indivíduos, destacando a realidade como um todo, principalmente, o contexto educacional.

1.2-JUSTIFICATIVA:

A Filosofia volta-se ao estudo do conhecimento e da compreensão da realidade.

O ser humano tem uma necessidade de refletir sobre a sua própria condição e, refletindo, busca entender, modificar ou explicar a sua conduta.

Padrões comportamentais específicos, incivilidade, são resultados de medidas neoliberais existentes em diversas esferas da sociedade e atingem toda uma composição social, tendo na sócio-educacional, um de seus principais reflexos.

O contexto social escolar sempre foi alvo de reflexão, e a realidade escolar sempre apresenta-se como um indicativo dos fatos que a envolvem e que estão presentes na sociedade, não comumente de maneira isolada. É um tema atual e já refletido em diversas épocas, sendo percebidas algumas modificações, e apresentadas sempre como objetos possíveis e passíveis de preocupações de alguns pensadores, e, ou, como objeto de manipulações.

Gramsci explicava:

A crise escolar que hoje se agrava liga-se precisamente ao fato de que esse processo de diferenciação e particularização ocorre de um modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente fixado: a crise do programa de escolarização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e um agravamento da crise orgânica mais ampla e geral (GRAMSCI, p.109)

2.1-O Contexto Neoliberal

As políticas neoliberais começaram a ser implantadas nos anos 1980, com argumentos econômicos e ideológicos. Estão entre esses argumentos criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às suas lógicas, discursos, práticas, dispositivos de poder, modificação de regras, e a alteração das relações sociais de modo a impô-los, como o desmantelamento do Estado social. A sociedade de hoje vive os reflexos e as consequências das políticas neoliberais.

As práticas neoliberais foram sendo inseridas em todos os setores da vida social, afetaram e afetam, por exemplo, a liberdade, a sua formação, o que compromete toda uma estrutura social. Exploração, manipulação, alienação são alguns dos elementos que constituem essa realidade que está imersa numa condição de valores, sendo promotora de ações e reprodução desse próprio sistema neoliberal, apresentando tendências comportamentais e caráter próprios, comprometimento cultural, ético e moral. É o que esclarecem Dardot e Laval:

Os anos 1980 foram marcados, no Ocidente, pelo triunfo de uma política qualificada, ao mesmo tempo, de “conservadora” e “neoliberal”. Os nomes de Ronald Reagan e Margareth Thatcher simbolizam esse rompimento com o “welfarismo” da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento. Os slogans frequentemente simplistas dessa nova direita ocidental são conhecidos: as sociedades são sobretaxadas, super-regulamentadas e submetidas às múltiplas pressões de sindicatos, corporações egoístas e funcionários públicos. (...) Esses governos conservadores questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.189)

Responsabilidade exclusiva do indivíduo como condição em que cada um se encontra, é o que os conservadores difundem em suas ideologias, onde alegam que o Estado não tem que “responsabilizar-se”, e nem arcar com os mesmos. Não é necessário um estado de bem-estar-social amparado pelo Estado, e o setor privado é o direcionamento que eles querem para a sociedade como suposta solução. Os direitos são ameaçados por parte do Estado e sua liderança política e governamental. Estão entre as consequências a perda das “conquistas” alcançadas, e o desfeito da estrutura desse Estado-de-bem-estar-social, propósito de efetivação dentre os principais propósitos desse sistema. A subjetividade dos indivíduos está entre os alvos a serem atingidos por esse sistema, atingindo vários aspectos da sua constituição, individualmente e coletivamente.

Dardot e Laval mencionam que, às regulamentações e egoísmos, os indivíduos transparecem em suas ações, os reflexos da lógica capitalista e neoliberal:

Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria e investimentos a longo prazo em títulos da bolsa são aspectos dessa “capitalização da vida individual” que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas da solidariedade. O advento do capitalismo financeiro, ao contrário do que anunciaram na época alguns analistas, não nos fez passar do capitalismo organizado do século XIX para um “capitalismo desorganizado”. É mais adequado dizer que o capitalismo se reorganizou sobre novas bases, cuja mola é a instauração da concorrência generalizada, inclusive na esfera da subjetividade. O que aprouve chamar de “desregulamentação”, termo ambíguo que poderia dar a entender que o capitalismo não conhece outro modo de regulação, é na realidade uma nova ordenação das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades. (...) O novo capitalismo está profundamente ligado à construção política de uma finança global regida pelo princípio da concorrência generalizada. Nisso, a “mercadorização” das finanças é filha da razão neoliberal. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 201-202)

Dardot e Laval dizem que todas as ações dos indivíduos foram levadas a serem consideradas no aspecto da valorização enquanto capital, e o capitalismo adquiriu nova organização e tem como base a concorrência generalizada, incluindo a formação dos indivíduos enquanto sujeitos, e esses estão ligados a toda uma constituição global e política. Os sujeitos, valorizados e submetidos à lógica capitalista expressam-se como concorrentes em extremidade e reprodutores da mercadorização pela própria lógica neoliberal.

A “individualidade” moderno-ocidental não passa de uma abstração de legítima individualidade, tornando-se, a própria, mera abstração, e igualando-se a “outras”, agindo mecanicamente e ameaçados em transformarem-se em seres humanos objetivados a serem projetos prontos a cumprirem os determinados objetivos de valor. É o que diz Kurz:

(...) Os indivíduos vêem-se ameaçados em se transformar em meros “exemplares” da forma do valor, em “seres humanos de confecção”. Quanto mais estridente se torna o discurso acerca da fantástica “individualidade” moderno-ocidental, tanto mais os seres humanos individuais tornados abstratos do ponto de vista real se igualam entre si, qual um ovo em relação a outro, até mesmo no que se refere ao hábito exterior, no modo de pensar e agir mecanicamente controlado pelas modas e pelas mídias de acordo com o fetiche da valorização. (KURZ, 2010, p. 88)

Toda a estrutura gerada entre os indivíduos fica à base desse sistema neoliberal e influencia toda a caracterização e formação dos mesmos, de maneira que, tanto individualmente, quanto coletivamente, terminam por expressar a própria lógica do sistema.

Os indivíduos só podem agir com uma independência cada vez maior em relação à família, ao clã, ao estamento, às relações pessoais de confiança etc. porque, em sua

existência imediata, são fatalmente etiquetados como órgãos de execução do movimento fetichista generalizado, ou seja, da lógica da exploração; e porque a máscara de caráter de forma social, relativamente frouxa no passado, fundiu-se ao rosto. (KURZ, 2010, p. 85-86)

O sistema neoliberal dá forma e faz tomara forma que ele almeja, com seu caráter difuso, confuso, porém, ficando sempre próximo dos objetivos almejados por ele. Toda estrutura social toma caráter explorador, numa máscara social que se solidificou. A estrutura, os instrumentos e estratégias lançadas na própria lógica, são recursos que, propositalmente, ou tendencialmente colaboram pra isso. Tecnologias, mídias, acumulação de dados, estão incluídos nesses recursos a serviço do Neoliberalismo. E na lógica de mercado e concorrência também estão como reforçadores da concorrência e da mercadorização, inclusive dos sujeitos e entre os próprios sujeitos.

Dessas consequências, é possível fazer referência à liberdade e ao que consista na essência desse conceito, enquanto perda. Os instrumentos e as estratégias tornam-se comprometedores da “liberdade”, enquanto são servidores para a hegemonia dominante, e dão conexão aos indivíduos para que sejam cada vez mais incluídos e tornem-se reprodutores da lógica capitalista e neoliberal.

Mill (2006), a respeito da liberdade, diz que a área apropriada da liberdade humana é aquela que compreende o domínio da consciência, liberdade de pensamento e sentimento, absoluta liberdade de opinião e sentimento sobre todos os assuntos, práticos ou especulativos, científicos, morais ou teológicos, onde toda conduta afete apenas ao próprio indivíduo, e se afetar a outros, que o faça apenas com seu consentimento e participação livre, voluntária e não ludibriada.

Somente onde existe a área apropriada, livre, do domínio da consciência, liberdade de pensamento e sentimento, opinião sobre todos os assuntos, é lugar para liberdade. Só é possível ser livre onde não existe engano. Sendo assim, a liberdade fica comprometida diante das bases neoliberais, porque os indivíduos tomam a sua forma sem se dar conta. Suas ações são por iniciativa própria, no entanto, estão sujeitos às mesmas porque aprenderam a caracterizar-se, e mesmo a acreditarem serem livres, estando condicionados exclusivamente às opções da própria lógica. Não há como haver a liberdade onde os indivíduos são presos e aprisionados por suas próprias ideias e pelas ideias dos outros que culminam na repetitividade das próprias ações e opiniões.

Han vem dizer sobre a liberdade que ela está submetida à coação revelada pela própria racionalidade gerada por essa lógica neoliberal e criando espaços para novos tipos de coações fazendo com que esteja sujeito às próprias coações, e submetidos a elas. Nesse sentido, essa transitoriedade, fica sob a impressão de liberdade pelo próprio sujeito, no entanto, o torna escravo. Ele explora a si próprio. “livremente”, voluntariamente, porque é o que leva essa transitoriedade neoliberal. Projetado, acredita estar fazendo a escolhas simplesmente por vontade própria. Na íntegra, faz as suas escolhas, mas desconsidera os fatores que o levam às mesmas, e faz-se convencido por tal condição o que culmina numa nova submissão, a qual Han explica:

O sentimento de liberdade situa-se na transição de uma forma de vida para outra, até acabar por se revelar como uma forma de coação. À libertação segue-se deste modo, uma nova submissão. É esse o destino do sujeito que significa “estar submetido”. (...) O eu como projeto, que crê ter-se libertado das coações externas e das coações alheias, submete-se a coações internas e a coações próprias sob a forma de uma coação ao rendimento e à otimização. Vivemos uma fase histórica em que a própria liberdade dá lugar a coações. (HAN, 2015, p.11)

Todo o objetivo das relações dos sujeitos com os outros baseia-se na lógica neoliberal, e não exprime liberdade entre as mesmas. É sujeito para lucrar e produzir o lucro, é escravo e senhor de si mesmo porque seus objetivos findam a produzir lucro para o sistema e para si mesmo. E suas relações giram em torno de sua “empresa”. “Conquistado” por sua empresa tende a ter “motivação” para o desempenho de suas ações. Essas ações serão aquelas que basearão todo o seu processo, e que o nortearão.

O sujeito do rendimento, que se pretende livre, é na realidade um escravo. É um escravo absoluto, na medida em que sem qualquer senhor se explora a si próprio de forma voluntária. (...)O sujeito neoliberal como empresário de si próprio não é capaz de estabelecer com os outros relações livres de qualquer finalidade. (HAN, 2015, p. 12)

Explorador de si mesmo, voluntariamente, toda relação estabelecida, entre o sujeito neoliberal e os outros estarão em conformidade com o sistema neoliberal. E seus objetivos estarão voltados para o capital, obtenção de lucro e do mercado.

Han abrangendo a liberdade fazendo referência ao trabalho, ressalta que o trabalho não torna o trabalhador livre. A própria luta de classes se transforma em luta interna de cada um indivíduo consigo próprio. Afirma que a contradição causada pelas crises sociais de forças produtivas que objetivam a transformação das relações de produção não pode ser superada por meio de uma revolução comunista: “Já não é possível mantermos a distinção entre proletariado e burguesia.”, “Na atualidade, a ‘ditadura do proletariado’ é estruturalmente impossível. Hoje, todos estamos sob a dominação de uma ditadura do capital.” (2015, p.15)

Está na transitoriedade e na incorporação das características neoliberais a falta de distinção entre proletariado e burguesia, e isso impede a “consciência” para as iniciativas de mudanças. Ficam presos a um patamar de igualdade que na realidade não existe, contudo ludibria. Mais escravos vão se tornando à medida que a própria lógica se multiplica e se apodera desse processo, e voltados ficam à imposição de alcançar sempre o lucro. O lucro para si, e como constância do próprio sistema que exige a sua reprodução.

Na forma de governo com ideal democrático, o direito público e os valores profissionais eram causa de compromisso e de confiança. Atualmente, percebe-se que isso é coisa do passado. Predominam hoje, os interesses pessoais e corporativos que não mais se preocupam com os valores profissionais, nas condutas virtuosas, com o “espírito de solidariedade”, de maneira que toda a dimensão moral e política de seu compromisso volta-se apenas a valores próprios, tendo desaparecido o dever e a consciência profissional.

A desconfiança como princípio e a vigilância avaliativa como método são os traços mais característicos da nova arte de governar os homens. O espírito gerencial que a alma impõe-se em detrimento dos valores hoje desqualificados do serviço público e da dedicação dos agentes a uma causa geral que está acima deles. Na antiga forma de governo, ligada ao ideal de soberania democrática, a autonomia relativa do funcionário público repousava sobre o compromisso de servir a uma causa que se impunha a ele e pela qual ele tinha de respeitar o direito público e os valores profissionais que compunham um “espírito de solidariedade”. Esse compromisso, simbolizado por um estatuto, tinha em troca certa confiança – evidentemente sempre ponderada por uma preocupação com as formas regulamentares – na conduta virtuosa do agente público. A partir do momento que o postulado da nova gestão específica que não se pode mais confiar no “indivíduo comum”, intrinsecamente privado de qualquer apego a um “espírito” público e de qualquer adesão a valores que lhe seriam exteriores, a única solução é o controle e o “governo à distância” dos interesses particulares. Quer se trate da equipe hospitalar, juízes ou bombeiros, os motivos e os princípios de sua atividade profissional são concebidos apenas do ângulo do interesses pessoais e corporativos, negando-se, assim, qualquer dimensão moral e política de seu compromisso com uma profissão que repousa sobre os valores próprios. Os três “ee” da gestão (“eficácia, economia, eficiência”) fizeram desaparecer da lógica do poder as categorias do dever e da consciência profissional. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 319-320)

Mesmo com leis que ainda sejam apresentadas sob aspectos valorosos, os indivíduos, sob a forma de cinismo, a desvirtualizam, através de suas ações.

Outra característica que sobressai no neoliberalismo é a alienação. Não é exclusiva dele, mas atinge a liberdade, e é ela que aparece quando desconsidera os componentes que o levam a perder a liberdade, de maneira “livre” e por iniciativa própria. Em Marx está explicada a alienação por meio do trabalho, e este conceito se estende de maneira mais ampla no contexto atual, onde a própria consciência a respeito da liberdade de cada indivíduo está distorcida. Os indivíduos, alienados, crêem-se livres, no entanto, não deixam de ser meros

resultados da lógica neoliberal e capitalista. Diante de ideologias, sempre adeptos de alguma, estão os sujeitos adaptados e transformados em reprodutores do sistema neoliberal.

Negado ao indivíduo não é apenas o direito que lhe deve ser atribuído quanto ao trabalho, também a aparência de que ele é livre torna-o, em suas ações e em suas opiniões, alienador de si mesmo, e dos outros, e não somente quanto ao mesmo. Na lógica neoliberal não é somente o trabalho a ferramenta que aliena as pessoas, elas também ficam impossibilitadas de agir e refletir também diante de outras situações, que atingem todos os setores da vida dos indivíduos. Essa é mais uma realidade que culmina com a falta de liberdade.

Não é dado a homem algum o direito de autoridade, e mesmo de superioridade ao seu semelhante. Forçosamente, sem acordo, não existe qualquer um direito que seja adquirido. Caberá ao homem ajustar as suas organizações para que através dela possa buscar viver em maior harmonia, e nela obter a melhor forma para sua sobrevivência e para a dos outros. Sem as normas racionais, sem parâmetros coerentes, os indivíduos ficam sem referência, e expostos às perdas daquilo que ele necessita para seu bem-estar, como a liberdade.

Visto que homem algum tem autoridade natural sobre seus semelhantes e que a força não produz qualquer direito, só restam as convenções como base de toda a autoridade legítima existente entre os homens. (...) Alienar é dar ou vender. Ora, um homem que se faz escravo de outro, não se dá; quando muito, vende-se pela subsistência. Mas um povo, por que se venderia? O rei, longe de prover a subsistência de seus súditos, apenas tira dele a sua. (...) Vive-se tranquilo também nas masmorras e tanto bastará para que nos sintamos bem nelas? Os gregos, encerrados no antro do Ciclope, viviam tranquilos, esperando a vez de serem devorados. (ROUSSEAU, 1973, p. 32-33)

Rousseau diz que são necessárias convenções para que os homens se estabeleçam em sociedade, mas as convenções podem levar o homem à escravidão. Para Rousseau, um povo só se venderia pela sua subsistência, no entanto, a “sobrevivência” não é a única razão de consciência de indivíduos. Pode ser a principal, mas não a única. E esta consciência leva os indivíduos a sentirem-se “bem” mesmo em prisões, quando não, podem e não percebem que estão sendo levados à própria destruição. A consciência é um meio para a liberdade, mas também para a escravidão. A complexidade é muito profunda.

Fonte para sobrevivência de todo ser humano é o que o trabalho é, e necessidade para que os indivíduos alcancem os seus objetivos em sociedade, e não há como ele ser ignorado.

Os indivíduos absorvem todo o processo de realização do trabalho e vão transparecê-lo em suas ações. Suas produções e produtos determinarão as próprias produções e eles mesmos serão produtos delas, exteriorizando-os e cumprindo os objetivos sistematizados.

A práxis é estendida pelas dimensões do tempo histórico e do espaço social, mediatizando a natureza subjetiva dos indivíduos cooperantes com a natureza exterior objetivada pelas intervenções do corpo. [...] O trabalho é interpretado em termos de uma estética da produção e representado como um processo cíclico de exteriorização, objetivação e apropriação das forças essenciais. Por conseguinte, o processo de automediação da natureza retoma em si a autorrealização dos sujeitos ativos que nele atuam. Ambos são processos de autoprodução; eles se produzem a partir de seus próprios produtos. Da mesma maneira, a sociedade resultante dessa práxis é concebida como produto das forças produtivas e das relações de produção criadas em e por meio dela. (HABERMAS, 2000, p.474)

O trabalho é um dos meios principais que a hegemonia dominante utiliza para alcançar seus objetivos.

Para o trabalho as pessoas são preparadas, tanto quanto os estudos, como a ausência dele. Em tempos atuais, ele tem sido instrumentalizado para os objetivos neoliberais. E está incluído nos meios que privam direitos, ludibriam obrigações, forjam regras, restringem a liberdade e alienam os indivíduos. Todas as produções e produtos serão gerados para a constituição neoliberal e capitalista e nessa composição estarão influenciando os fatores comportamentais, formativos que o sistema impõe.

A concorrência pelo trabalho é acompanhada de uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão. Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores de sociedade e humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios. (BOURDIEU, 1998, p. 122-123)

Na lógica neoliberal, mercantil, capitalista, das práticas de concorrência, os indivíduos “esquecem” e deixam de considerar relevantemente as práticas morais, como o respeito, que vão à sua formação como sujeitos sociais, desde a infância, por situações presentes em seus contextos de realidade pessoal, familiar, social, incluindo o escolar até o trabalho. Ocorre tudo também com as “comorbidades”, e devido à estrutura e verifica-se a impossibilidade de encontrar soluções às dificuldades apresentadas.

O próprio Estado é um componente realizador de todo sistema vigente. E toda estrutura e tomada de decisões giram para que Estado sirva aos interesses do sistema, e para que sejam efetuados de maneira progressiva e sempre mais contundente, de forma que os objetivos dessa lógica tornem-se sempre alcançados. Máquina repressiva é o que Althusser (1985) reforça sobre a condição do Estado, sendo ele, com a força do trabalho, reprodução, condições de produção, meios de produção, asseguradores da dominação sobre as classes operárias, para as classes hegemônicas, para submetê-las ao processo de extorsão e exploração capitalista, definida pela teoria marxista como Estado de Classe. Toda luta política das classes gira em torno do Estado. Os Aparelhos Ideológicos de Estado são

ultrapassados pela luta de classes, com ideologias que se realizam e se confrontam nos próprios Aparelhos ideológicos de Estado. A diferença entre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e os Aparelhos de Estado (AE), está respectivamente, entre o domínio privado e público, sendo distintos o poder de Estado e o Aparelho de Estado.

No sistema neoliberal, com mais intervenção do Estado ou menos intervenção do Estado a forma de apresentação é modificada, no entanto, o Estado continua sendo a máquina de repressão dominante que vai continuar assegurando a lógica neoliberal e fazendo com que os dominantes assegurem sua dominação sobre os operários, através, por exemplo, das perdas dos direitos alcançados e da precarização social que vem aumentando desde o início das implantações das políticas neoliberais.

O neoliberalismo explora todas as práticas e formas de liberdade. É mais eficaz explorar alguém de acordo com a própria vontade. O poder inteligente é aquele que orienta em seu favor as vontades dos sujeitos, e por isso ocorre a exploração da liberdade. Assim Han explica a psicopolítica neoliberal que esvazia o sujeito:

É a técnica de dominação que estabiliza e reproduz o sistema dominante por meio de uma programação e do controle psicológicos. A arte da vida enquanto práxis da liberdade tem de adotar a forma de uma des-psicologização. Desarma a política como meio de submissão. Des-psicologiza-se o sujeito a fim de o tornar livre para essa forma de vida que ainda não tem nome. (HAN, 2015, p. 86)

A disposição mental e psíquica dos indivíduos e seus grupos são modificadas pelas técnicas de dominação resultando em comportamentos característicos, fazendo-os crer-se então como sujeitos livres e dispostos às novas “formatações” e programações, tornando-se indivíduos mais fáceis de serem controlados e manipulados.

Nessa base está a globalização como parte dessa lógica capitalista e neoliberal, embora Bourdieu (1998) afirme que a “mundialização” é um mito, e a sua função é instaurar uma restauração, uma volta ao capitalismo selvagem, racionalizado e cínico, e esses aspectos são globais. O termo “globalização” surgiu como uma “ideia-força” que, tem força social e realiza crença. Proporciona coerções, e favorece a lógica da lei do mais forte, ratificando a lei do lucro máximo, capitalismo sem freio e sem disfarce. É introduzida pelas formas modernas de dominação, técnicas de manipulação, pesquisa de mercado, marketing e publicidade comercial, que está em restauração, que denominam como revolução conservadora, e que engana. A tecnologia está entre os componentes que atuam no neoliberalismo, e favorecem a globalização. Ela tem seu aspecto positivo, contudo os negativos são preponderantes e sobressaem-se, e estão à disposição das mídias como instrumentos colaboradores para as

ideologias dominantes. Bourdieu diz que televisão propõe uma visão de mundo cada vez mais despolitizada, asséptica, incolor, envolvendo cada vez mais os jornais nessa escorregada para a demagogia e para a submissão aos constrangimentos comerciais. (1998, p. 109-110)

Todo o suporte de comunicação, as mensagens transmitidas são fornecidas de maneira a persuadir as pessoas, induzindo-as a estarem agindo conforme os interesses do sistema, desde propagandas de produtos e de pessoas, “escolhas” de representantes políticos até “opções” ideológicas e formas de pensar e agir. Tem-se a transparência do dispositivo neoliberal, onde tudo volta ao exterior a fim de ser transformado em informação para acelerar sua circulação e também a da comunicação, com o intento de gerar uma conformidade, enquanto cada um indivíduo vigia o outro. Os dados, as diferentes formas de manifestação do poder são para o controle, para a manipulação e para a dominação.

Habermas (1983) menciona tal processo como uma racionalidade onde ocorre a coisificação das manifestações da vida, compartilhando burguesia e proletariado dessa coisificação. A racionalidade desse mundo administrado e totalmente coisificado tem em seus fins a dominação. Toda força de trabalho se consome em rendimento abstrato para um processo de trabalho formalmente organizado com vistas à realização de capital, transferindo a força de trabalho concreta para a força de trabalho abstrata. *En este sentido La transformación de La fuerza de trabajo concreta en fuerza de trabajo abstracta representa un proceso de cosificación tanto de las relaciones comunitarias como de La propia vida personal (Habermas, p.475).*

2.2-A Constituição do Indivíduo

Refratadas pela história, traz a ação humana as suas consequências. Estar seguro de alguma coisa diante da realidade existente é inseguro.

Socialmente, é possível compreender que a coletividade está mesmo “regida” por uma lógica, e existem ideias, ideologias, que de alguma forma mantem sua ligação e comunicação, sendo, muitas vezes, incoerentes sob determinados aspectos. Ao fim de tudo, à base dessa “ligação” e lógica, supõe-se uma racionalidade.

Na etimologia, a palavra ideologia, significa ciência das ideias. Sua conceituação é difícil de ser explicitada. De maneira geral, as formas de pensamento, as opiniões, sempre

estão em acordo com alguma ideologia. Há os que afirmam que não possuem ideologia, contudo a própria afirmativa já desvencilha-se dessa ideia, pois a mesma já é uma ideia que toma posicionamento.

Althusser (1985) diz que por natureza, o homem é um animal ideológico. A ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. A ideologia só existe pelo sujeito e para o sujeito, que é dotado de consciência, onde é constada a sujeição dos sujeitos a uma “causa”. Crendo em suas ideias, inspirado por elas, aceita-as livremente, devendo agir conforme as mesmas e expressando-as entendendo-se como sujeito livre e torna-se reflexo dela. Os papéis dos sujeitos estão refletidos na própria estrutura da ideologia, numa relação de dependência.

O termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si.(...) é, por assim dizer um texto tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, (...).(EAGLETON, 1997, p.15)

Eagleton, referindo-se à ideologia, faz ênfase quanto à variedade de significados, e ressalta que nem todos são compatíveis entre si. São destacados, o processo de produção de significados, signos e valores na vida social, um corpo de ideias de um determinado grupo ou classe social, legitimação a poderes políticos dominantes, ideias falsas que legitimam poderes políticos dominantes, comunicação sistematicamente distorcida, posição a sujeitos, formas de pensamento motivadas por interesses sociais, pensamento de identidade, ilusão socialmente necessária, conjuntura do discurso do poder, veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo, conjunto de crenças orientadas para a ação, a confusão entre a realidade linguística e a realidade fenomenal, entre o “discurso” e a “linguagem”, oclusão semiótica, meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social, o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural. Ideologias diferentes costumam apresentar-se contraditórias umas com as outras, e em algumas situações, perde-se as referências críticas.

Uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto ao seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação. (ZIZEK, 1996, p.13-14)

A maneira com os sujeitos irão expor as ideias que importa e farão com que as apresentações fazendo-as verdadeiras ou falsas. Nessa racionalidade, muitas ideias apresentam-se deturpadas, e isso costuma ser parte intencional de uma lógica, dos próprios interesses de dominação.

Historicamente, a humanidade trouxe mudanças e bastante evolução, mas não fez com que os indivíduos tornassem-se totalmente livres de ações escravizantes e escravizadoras. A mudança de significados ou a relativização de interpretações é uma das portas de entrada para essas deturpações, principalmente no âmbito que é referido à liberdade em busca de “autonomia”. Os indivíduos sabem o que estão fazendo, mas, o relativismo como orientação, torna-se um instrumento conveniente para apoio, como um corrimão. Os mesmos não somente expressam-se como reflexos das ideias, mas também são moldados por elas.

Sob esse ângulo de visão, é nítido que a moderna e abstrata individualidade não representa, em absoluto, um “necessário” e “progressista” estágio transitório rumo à libertação da individualidade humana das irracionais relações sociais de coação. Trata-se muito pelo contrário, do fato de que a coercividade da relação fetichista impregnou-se na pele mesma dos indivíduos. (...) Tal forma já é, porém, a forma do sujeito: não no sentido de que se trata, aqui, de uma determinação ontológica, supra-histórica, como se a moderna forma do sujeito devessem corresponder outras formas subjetivas relativas a sociedades anteriores; antes do mais, foi tão somente a moderna socialização do valor que produziu a “forma do sujeito” em geral. (KURZ, 2010, p. 88-89)

Os indivíduos carecem de significados para a sua existência. Ainda que não se tenha chegado a um consenso sobre conceito de bem e mal, são as significações que darão forma à sua composição. Serão eles reflexos de ideologias, e estarão estabelecidos em sua sociedade. Não a historicidade necessariamente. Os sujeitos serão resultados do seu meio. Também a ausência de uma significação terá a sua forma, e será ela também o reflexo, de onde está ele, inserido. Ele será um determinado sujeito, indivíduo, um em meio às suas complexidades.

Indivíduo é aquela realidade biológica sob a realidade social ou à base da socialização ou da socialidade (...). E com o grupo, processos pelos quais os indivíduos fisicamente separados em espaço e vivendo biologicamente vidas separadas se combinam para formar unidades maiores, por outras palavras, sociedades. (FREIRE, 1973, p.117)

Considerar um indivíduo implica incluir as relações que ele estabelece consigo mesmo e com outras pessoas. Significa ponderá-lo, ele e o que está em torno dele. Isso faz parte da constituição da sua subjetividade. Ele terá sua individualidade, será influenciado e influenciará os outros indivíduos também, considerando-se ideologicamente ou não.

A individualidade existiu em todas as sociedades históricas, haja vista que, com a segunda natureza, uma relação do ser humano particular com uma dada forma social é, em si e de antemão, estabelecida, coincidindo, portanto, com o próprio tornar-se humano. Por isso, o ser humano particular também tinha de ser percebido enquanto tal e possuía, pois, suas respectivas margens de manobra, ainda que tal individualidade se manifestasse de maneiras distintas conforme a mediação com as diferentes relações de fetiche da constituição social. A tensão entre indivíduo e sociedade deixa-se demonstrar, por isso, em todas as partes, a partir de sua expressão cultural. (KURZ, 21, p. 85-86)

Ainda que as individualidades dos indivíduos manifestem-se de maneira distintas, o grupo social terá a sua constituição formada, incluindo o aspecto cultural, podendo ser usado como objeto para o cumprimento de ideologias dentro da sociedade. Quando nasce um indivíduo, não é dado a ele o direito de escolher em qual sociedade quer nascer. Simplesmente, ele nasce e integrante daquele coletivo será. É dali que se principiará a “formatação” do seu ser. Sua forma de ser e agir, tenderá prioritariamente, a ser “programada” para atender “os objetivos da vida em comum”.

Sociedade no sentido genérico é a sociedade a que todos os seres humanos pertencemos, por gosto ou contra a vontade: a formada pelo conjunto de relações sociais entre todos os seres humanos e da qual resulta no ser humano consciente delas “a consciência de espécie” humana, no seu sentido mais amplo: de ser membro da humanidade. No sentido específico, uma sociedade humana significa, em sociologia, qualquer grupo humano “relativamente permanente” unido por “tradição comum e de destino comum” e capaz de conduzir a seu modo os processos de “perpetuação da raça” (o que implica em alguma forma de vida e de organização de família) e de “conservação” de usos e técnicas (o que implica em cultura, no sentido sociológico. É um grupo que inclui subgrupos interdependentes). (FREIRE, 1973, P.149-150)

Explicando a constituição do indivíduo como indivíduo, existe o que Durkheim explica como determinantes para fins comuns, os *atos sociais*. Esses delimitam o objeto próprio, e num todo vão agir sobre o indivíduo e com o indivíduo.

Tais fenômenos compreendem toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter, as maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem, ou ainda as maneiras de fazer ou de pensar, reconhecíveis pela particularidade de serem suscetíveis de exercer influência coercitiva sobre as consciências particulares. Assim, pois o fato social é algo dotado de vida própria, externo aos membros da sociedade e que exerce sobre seus corações e mentes uma autoridade que leva a agir, a apensar e a sentir de determinadas maneiras. (...) a sociedade não é o resultado de um somatório de indivíduos vivos que a compõem ou de uma mera justaposição de suas consciências. (...) A sociedade é mais do que uma soma, é uma síntese e, por isso, não se encontra em cada um desses elementos, assim como os diferentes aspectos da vida não se acham decompostos no átomo contido na célula: a vida está no todo e não nas partes. As almas individuais agregadas geram um fenômeno *sui generis*, uma “vida psíquica de um novo gênero”. O sentimento que caracteriza este ser tem uma força e uma peculiaridade que aqueles puramente individuais não possuem. Ele é a sociedade. (QUINTANERO, 2009, p. 68-69)

A respeito desse objeto sociológico complexo, Quintanero explica que a respeito das formas tomadas pelos indivíduos, existe diferença entre os fatos sociais e as consciências individuais,

o grupo possui uma mentalidade que não é idêntica à dos indivíduos, e os estados de consciência coletiva são distintos dos estados de consciência individual. Assim, “um pensamento encontrado em todas as consciências particulares ou um movimento que todos repetem não são por isso fatos sociais” mas suas encarnações individuais. Os fenômenos que constituem a sociedade tem a sua origem na coletividade e não em cada um dos seus participantes. É nela que se deve buscar explicações para os fatos sociais e não nas unidades que a compõem. (QUINTANERO, 2009, p.69)

Ainda que os fatos sociais determinem mais sobre o indivíduo do que o indivíduo como parte ao todo, não há como considerar uma sociedade sem o seus indivíduos, e o que seja esses indivíduos como integradores dos fatos sociais, ou não.

Se a sociedade puder ser considerada como um “organismo vivo”, os indivíduos serão as partes, mas partes que formam uma síntese, de acordo com Durkheim. Não será possível reduzir uma sociedade a somente uma parte. Não será possível reduzir uma sociedade a um indivíduo. Um indivíduo somente não é o que explica uma sociedade por inteiro, ele é só uma parte.

Durkheim diz que um indivíduo apresenta duas consciências, uma em comum com o grupo social em que vive, que representa a própria sociedade, e a outra, que representa-o como sujeito individual, e que o distingue, tornando-o um indivíduo.

Desta maneira, quando uma sociedade apresenta determinados conjuntos de características em comum, é porque ela já produz ou passou a produzi-la, como os objetivos de consciência coletiva que podem ir desde a maneira de pensar e agir até a maneira de ser.

Quanto mais extensa é a consciência coletiva, mais a coesão entre os participantes da sociedade examinada refere-se a uma ‘conformidade de todas as consciências particulares a um tipo comum’, o que faz com que todas se assemelhem e, por isso, os membros do grupo sintam-se atraídos pelas similitudes uns com os outros, ao mesmo tempo que a sua individualidade é menor. (...) Nas sociedades onde se desenvolve uma divisão do trabalho, a consciência comum passa a ocupar uma reduzida parcela da consciência total, permitindo desenvolvimento da personalidade. (QUINTANERO, 2009, p. 77)

Numa sociedade organizada, com uma cultura em comum, geralmente as consciências em comum prevalecem, assim também o desempenho de suas ideologias em comum. Os indivíduos vão tornar-se sujeitos que manifestam o coletivo, e concomitantemente, esta estará formando os próprios sujeitos em sua personalidade e representando a ideia coletiva e tendendo referências e concordâncias a ela. Althusser (1985) afirma que quando isso não ocorre, é porque algo não vai bem, uma vez que, em reforço, toda ideologia é dos sujeitos para os sujeitos, e nela existe o motivo que a faz ser ideologia e agir como tal. Uma vez que o sujeito difunda a sua razão, mas a ela não esteja submetido ou sujeito, fica despreendido da mesma, e o seu discurso é em vão, e incoerente. E sob esse aspecto, a consciência não é pensada em comum. Sendo assim, conseqüentemente, a coletividade observada do ponto de vista determinada razão, fica desfeito, se já tiver existido.

Da subjetividade e a objetividade dos indivíduos, Schutz diz a respeito dos impulsos subjetivos que estão por trás da ação humana:

De um lado, os homens agem segundo motivos dirigidos para a obtenção de metas que apontam para o futuro. (...). Por outro lado, os homens possuem “razões” para suas ações. Essas ações são ancoradas em experiências passadas, na personalidade que um homem desenvolveu no decorrer de sua vida. (...) que o significado subjetivo dos motivos deve ser claramente distinto do significado objetivo. No curso da experiência de realizar uma ação conforme seu plano preconcebido, o ator vivencia seus “motivos com a finalidade de”. Portanto eles são essencialmente subjetivos. Em contraste, quando o indivíduo age, ele não está consciente de seus “motivos porque”. Ele pode apreendê-los somente de forma retrospectiva, após a ação ter sido concluída. Por outro lado, até mesmo um observador pode ser capaz de reconstruir seus “motivos porque” a partir do ato realizado. Portanto, afirmou Schutz esse tipo de motivo é essencialmente objetivo. (SCHUTZ, 2012, p. 37)

São subjetivas e objetivas as razões que mobilizam os indivíduos, que eles “possuem” e que fazem com que ajam de determinada maneira.

A coletividade, o grupo social, será o que determinará os indivíduos. Em situação de mudança, ou intenção de mudança a determinada de ideologia, um indivíduo só, ou em menor grupo, ou em situação específica, não conseguirá efetuar tal mudança simplesmente. Assim à pluralidade dos fatos sociais, as suas abrangências e as formas de manipulação, os objetos utilizados, deverão ser considerados.

Os obstáculos que deverá enfrentar quem se aventura a não atender uma convenção mundana, a resistir a uma lei, a violar uma regra moral, a não usar o idioma ou a moeda nacional. Ele tropeçará com os demais membros da sociedade que tentarão impedi-lo, convencê-lo ou restringir sua ação, usarão de punições, da censura, do riso, do opróbrio e de outras sanções, incluindo a violência, advertindo-o de que está diante de algo que não depende dele. Quando optamos pela não-submissão, “as forças morais contra as quais nos insurgimos reagem contra nós e é difícil, em virtude de sua superioridade, que não sejamos vencidos. (...) Estamos mergulhados numa atmosfera de ideias e sentimentos coletivos que não podemos modificar à vontade.” (QUINTANERO, 2009, p.71)

Porém, Durkheim modera que

não significa que a única alternativa para o indivíduo seja prostrar-se impotente diante das regras sociais ou viver permanentemente consciente da pressão dos fatos sociais. Apesar da existência das dificuldades impostas por um poder contrário de origem social, apresentam-se comportamentos inovadores, e as instituições são passíveis de mudança desde que “vários indivíduos tenham, pelo menos, combinado a sua ação e que desta combinação se tenha desprendido um produto novo” que vem a constituir um fato social. (QUINTANERO, 2009, p.71)

Mas mesmo assim qualquer tentativa de mudança dependerá de combinações de indivíduos que concordem em estar apresentando um “produto novo” que possa vir a ser um fato social.

O indivíduo é parte do todo, e estará diante das implicações sociais, diante das quais terá que se estabelecer. Ele terá sua composição diante de regras, e terá que fazer suas escolhas. Nisso está inserida a moral, que Durkheim explica como sendo tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o indivíduo a contar com seu próximo, a regular seus

movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e fortes são estes laços (DURKHEIM, 2009).

2.3-A Propriedade que o Neoliberalismo quer

De indivíduos, sujeitos, em sociedade, é o que a constituição social forma. Influências psíquicas, psicológicas e ideológicas estão entre os fatores que irão constituir esses sujeitos.

No Neoliberalismo, os objetivos estão voltados aos interesses capitalistas, a geração de lucro, o controle por parte da hegemonia dominante, perda do Estado de bem-estar social, com políticas que vão atingir principalmente a subjetividade dos indivíduos, uma vez que essas, se em maior conformidade com os interesses, ideologias capitalistas, estarão melhor adequadas como instrumentos geradores de capitais e dos interesses hegemônicos.

Naturalmente, todo ser humano tende a buscar a preservação da sua vida. Para sua sobrevivência, considera-se como necessário o básico para sua alimentação, moradia, saúde,... E a esse respeito Locke (1973) diz que consideremos a razão natural, que nos diz terem os homens, uma vez nascidos, direito à própria preservação, e, conseqüentemente, à comida e à bebida e a tudo que a natureza lhes fornece para subsistência. Assim sendo, pertencerá ao indivíduo o que ele tenha condição de apropriar-se.

Aquele que se alimenta das bolotas colhidas debaixo de um carvalho ou das maçãs apanhadas nas árvores da floresta, com certeza delas se apropriou para si. Ninguém pode negar que lhe pertença o alimento. Pergunto então: Quando começaram a pertencer-lhe? Quando as digeriu? Quando as comeu? Quando as cozinhou? Quando as trouxe para casa? Quando as colheu? (...) juntou-lhes algo mais que fez a natureza, (...) tornando-se assim direito privado dele. (...) O trabalho que era meu, retirando-os do estado comum em que se encontravam, fixou a minha propriedade sobre eles. (LOCKE, 1973, p.52)

Os indivíduos tornados sujeitos, em sua subjetividade, estarão submetidos a ações que vão levá-los a serem proprietários daquilo que necessitam para sua subsistência e sobrevivência. Ao retratar o capitalismo, verifica-se a grande desigualdade existente entre os que possuem uma grande acumulação de bens e os que nada possuem, mesmo para a própria alimentação.

Em condições normais virão os indivíduos, através do trabalho, buscar os meios para apropriar-se do que ele necessita para sua sobrevivência. Será ele proprietário de sua força de trabalho que lhe proporcionará a possibilidade para apropriar-se, por exemplo, do alimento que necessita para sobreviver.

Mas então, o que ocorre em contrapartida?

Enquanto aqueles que tem menos buscam o básico para sua sobrevivência, aqueles que já possuem muito estão projetando maneiras de alcançarem ainda mais poder, seja financeiro, seja ideológico para que, progressivamente, os seus lucros sejam ainda maiores. As possibilidades de ofertas são muitas, a criatividade, atualmente, é muito lucrativa, então cada estratégia irá direcionar-se aos aspectos necessários para cada “interesse”. Vários são os alvos, inclusive a psiqué das pessoas. Se as mesmas estiverem convencidas, ou acreditarem que estão convencidas, que os objetivos capitalistas, não necessariamente esclarecidos, são também seus objetivos, de uma forma ou de outra, elas estarão cumprindo os interesses capitalistas e neoliberais, de lucro e dominação.

As estratégias neoliberais atingindo a psique dos indivíduos, estarão atingindo também a sua essência; *Essência é um conceito da metafísica que significa unidade interna e indissolúvel entre a matéria e uma forma, unidade que lhe dá um conjunto de propriedades ou atributos que a fazem ser necessariamente aquilo que ele é, e que pode ser transcrito ao que existe* (CHAUÍ, 2000). Será melhor a qualquer estratégia de dominação hegemônica, que a essência dos indivíduos sejam ou estejam cada vez mais adequadas às medidas de dominação como sujeitos submetidos a elas.

A partir da essência tem-se as escolhas, os gostos, as opiniões, coisas que fazem parte da subjetividade dos indivíduos. Grande parte desses itens são passíveis de mudanças quando já formados. E essas alterações podem ocorrer de maneira individual, gradativa, influenciável e tomar um aspecto de fato social, caso não o seja, explicitamente. Estando a essência humana, juntamente com a sua psique, em conformidade com as condições sugestivas externas preponderantes, estarão os interesses, no caso, hegemônicos em maiores condições de continuarem fazendo ocorrer os seus interesses e alcançar seus objetivos, sejam eles quais forem.

Rousseau (1973) diz que o homem nasce bom, a sociedade que o corrompe. Em essência, Rousseau acredita que o homem é bom. Daqui ele estipula significados ao bom, certamente, em dizer que o homem tem propensão em ser bom e promover o bem. Será a sociedade que o levará a fazer o mal, e lhe ensinará a fazer o que é mau. Então a sociedade o torna mau. Está aí uma grande complexidade, porque ao nascer bom, significa dizer que ele, o

homem, é bom. No entanto, se ele fosse bom, ele não seria corrompido, e não faria o mal. A sua essência, ele quer dizer, é de fazer o bem. Mas então se o é, ela é mutável mesmo, porque ele faz o que é mau.

Seria possível dizer que o homem nasce mau, a sociedade que o concerta? Estabelecendo essa diferença entre bem e mal, e que esses conceitos são absolutos, partindo dos significados dos efeitos constatados, essencialmente, em sua positividade e negatividade, pensar no indivíduo como um ser que é e vai relacionar-se socialmente com outros seres, é dedutivo pensar que, se alguém nasce mau, ou se todos nascem maus, todos serão maus, e daí então, depreender-se-á que a sociedade será má. Ora, se a sociedade será má, como ela então concertará a si própria, ou ao indivíduo que dela faz parte, que também é mau? Conseguiria, ele, sendo mau, sabendo que é mau, negar que ele é mau, e por isso deixar de ser mau?

O homem não tem uma essência pré-determinada, ele se faz em sua existência. Sartre (1943) afirma que resta ao homem, assim, apenas a liberdade, e esta é a fonte principal de sua angústia, sendo então condenado a ser livre. Se resta ao homem a liberdade, então, onde está a sua condenação?

O ser enquanto um ser, está diante de si e de outros seres (indivíduos). Sujeito, manifesta-se como um, por si e no todo. Ecologicamente, não pode ser o todo, pois é somente uma parte do todo. Contudo será seu ser que contribuirá com outros seres que farão suas construções onde definirão seu modo de ser no mundo, ainda que as formas de ser o definam antes como um ser que vá contribuir como a forma de ser já determinada.

Afirmar que um homem se dá gratuitamente constitui uma afirmação absurda e inconcebível; tal ato é ilegítimo e nulo, tão só porque aquele que o pratica não se encontra no completo domínio de seus sentidos. Afirmar a mesma coisa de todo um povo, é supor um povo de loucos: a loucura não cria direito. Mesmo quando cada um pudesse alienar-se a si mesmo, não poderia alienar a seus filhos, pois estes nascem homens e livres, sua liberdade pertence-lhes e ninguém, senão eles, goza do direito de dispor dela. Antes que cheguem à idade da razão, o pai, em seu nome, pode estipular condições para sua conservação e seu bem-estar, mas não pode dá-los irrevogável e incondicionalmente, porque uma tal doação é contrária aos fins da natureza e ultrapassa os direitos da paternidade. Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há recompensa possível para quem a tudo renuncia. (...)

Enfim, é inútil e contraditória convenção a que, de um lado, estipula uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites. (...)

Pois que direito meu escravo terá contra mim, desde que tudo que possui me pertence e desde que, sendo meu o seu direito, esse direito meu contra mim mesmo passa a constituir uma palavra sem qualquer sentido? (ROUSSEAU, 1973, p. 33)

Considerando família como primeira sociedade, Rousseau menciona o ponto em que os pais vão deixar de exercer seu completo domínio sobre os filhos porque os mesmos em determinado momento não vão mais obedecer aos pais, isso na perspectiva de filhos obedientes. Assim sendo, seriam os pais, se alienados, não alienadores de seus filhos. A própria estrutura de família dos tempos de Rousseau, para os dias atuais não é a mesma, e os reflexos, as ações vão espalhando-se. Ainda que já fosse incoerente com seus discursos, as referências são bem divergentes, mesmo em questões de formação, conduta, moralidade, estrutura,...

De sociedade-família à sociedade em geral, sabendo o que é a liberdade, consciente de sua liberdade, Rousseau estaria certo de que o homem jamais renunciaria a ela, mas ele desconsidera a condição da liberdade enquanto alienada, onde os indivíduos acreditam que são livres, embora eles sejam escravos. Só loucos renunciariam à liberdade, mas faltou considerar os caminhos proporcionados que levam ao engano da consciência. Se os indivíduos estivessem cientes de que a sua liberdade estivesse ameaçada, poderia ser mais difícil aos dominantes alcançarem seus objetivos, para o caso de os mesmos dominantes não considerarem conveniente utilizarem-se da violência declarada, da força, como formas de opressão e repressão.

A violência, sob todas as formas de inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo das realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto. (ROCHA, 1996, p.10)

Engano da consciência, esvaziamento dos sujeitos e de sua psiqué, está o encontro das afirmações de Han e de Rousseau quando diz que falta domínio completo dos sentidos ao se dar gratuitamente.

Todo homem dispõe do direito de arriscar sua própria vida para conservá-la. Jamais se disse, daquele que se lança por uma janela para escapar a um incêndio, que seja culpado de suicídio? Jamais se atribuiu tal crime àquele que perece numa tempestade cujo perigo não ignorava ao embarcar? (...) Ademais, qualquer malfeitor, atacando o direito social, pelos seus crimes torna-se rebelde e traidor da pátria, deixa de ser um membro ao violar suas leis e até lhe move guerra. A conservação do estado é então incompatível com a sua, sendo preciso que um dos dois pereça, e, quando se faz que um culpado morra, é menos como um cidadão do que como inimigo. Os processos e o julgamento são as provas e a declaração de ter ele rompido o tratado social, não sendo mais, conseqüentemente, membro do Estado. Ora, como ele se reconheceu tal ao menos por sua residência, deve ser isolado pelo exílio como infrator do pacto, ou pela morte, como inimigo público. Porque, não sendo tal inimigo uma pessoa moral, mas um homem, então o direito da guerra é o de matar o vencido. (ROUSSEAU, 1973, p. 57-58)

Perda da liberdade e conservação da vida não são coerentes, principalmente considerando a consciência e o seu engano. Desconsiderar uma ação enquanto se é praticante dela não livra o indivíduo das consequências, sobretudo, se ela for prejudicial. A responsabilidade social é de todos os indivíduos, e está na sua realidade. Tornar um indivíduo um infrator social não é devido a uma autoridade jurídica, e tampouco o é um indivíduo tornar-se infrator. Um opressor essencialmente não se importa com a vida de um oprimido seu. Qual seja a guerra que lhe tivera sido imposta, serão sempre os objetivos dominantes que prevalecerão, e de maneira pior será quando a consciência for enganada, e cada indivíduo acreditar que está acertando em suas escolhas.

Em situações de opressão, escravidão, entender o opressor como escravo de sua própria opressão aos outros, não o torna menos opressor, assim como afirma Rousseau: “O homem nasce livre, e por toda parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles”. (1973, p. 28)

Entre o “eu” e o “outro”, a má-fé. O outro torna-se a covardia do “eu” quando o “eu” põe nele a responsabilidade de existir, e as ações a serem tomadas. É vazio quando o “eu” deixa de fazer algo que a ele seria possível, e deixa para que o “outro” faça, alegando-lhe tão somente uma responsabilidade que seria em princípio do “eu”. A cada um é devida as suas competências. Para si, o “eu” deixar de ser “eu” para que o “outro” seja “eu”? Mas não há como o “eu” ser o “outro”, e não há como o “outro” ser “eu”, a não ser quando o “outro” estiver em lugar de “eu” e o “eu” em lugar do “outro”. Rousseau concluiu que “a força fez os primeiros escravos, sua covardia os perpetuou.”(1973, p. 28)

Se a força já, social, impõe a escravidão, haveria dúvida ou certeza de onde vem a covardia? O social determina coletivamente, mas a covardia estende-se desde quem manda a quem obedece. As ações produzem e reproduzem ações. A covardia tende a reproduzir covardia, e mantém a força que faz covardes.

A violência instituída não necessariamente é, mas pode ser um ato de má-fé. Agente ou vítima, sujeito ele estará, como um ou como outro. E aí estará um fator que constituirá a individualidade desse sujeito.

Se o homem é o que é, a má fé será definitivamente impossível e a franqueza deixará de ser seu ideal para tornar-se seu ser. Mas o homem é o que é? E de modo geral, como se pode ser o que se é, quando se é como consciência de ser? Se a franqueza ou sinceridade é valor universal, resulta que sua máxima “é preciso ser o que se é” não serve apenas de princípio regulador dos juízos e conceitos pelos quais expresse o que sou.” (SARTRE, 1997, p.105)

O “outro” é a covardia do “eu” quando, com franqueza, o “eu” é o que não deveria ser, ou “o” é por causa do “outro”. Assim, o “eu” e o “outro” carecem de significados “existenciais” para eles e por eles mesmos, para que o próprio “eu” e o “outro” sejam esses eles mesmos, seja como razão de ser ou razão de agir. Se não são necessários significados, o “eu” pode ficar perdido no “outro”, e o “outro” perdido no “eu”. E a covardia sendo um ponto de partida, ou não, a franqueza pode tornar-se confusa, sem significados ou não, pois assim, é perdida. Pode ser perdida a consciência do ser, absurdamente, não pela franqueza em si, mas onde ela possa estar deixando de sê-la. E aí a disposição do “eu” pode ficar restrita, podendo restringir também a disposição do “outro” enquanto “outro” e enquanto “eu”.

2.4-O Contexto Sócio-Educacional

Desde o período colonial até os dias atuais, no Brasil, não muito diferentemente do mundo inteiro, ocorreram várias transformações sociais em nível de governo, estrutura política e populacional. Períodos históricos que tiveram seus objetivos e que resultaram em influências e alterações não somente na sociedade, mas também no sistema educacional. Dentre os momentos históricos estão o Período Colonial, Período Imperial, República, Estado Novo, República Populista, Ditadura Militar que são destacados. Em cada um deles são observadas, nas alterações, os objetivos educacionais governamentais da hegemonia dominante.

As transformações educacionais ocorreram quanto à instrução e seus níveis, necessidade de escolarização da população, conteúdos, conhecimentos, valores, organização escolar, perfis da população, etnia, classe, poder aquisitivo,... Leis foram alteradas e aos poucos, diversificadas, sempre ao cumprimento dos objetivos dos sistemas então vigentes. Isso demonstra a prevalência dos interesses dominantes, e a sujeição do sistema educacional a eles. No século XIX, por exemplo, foi elaborada a Lei de 15 de novembro de 1827. Nessa Lei está exprimida uma condição entendida como necessária à realidade existente naquele momento. Essa Lei

(...)em seu artigo I, diz que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as “classes inferiores” era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação.

A instrução possibilitaria arrematar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós as condições de

possibilidade da governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente, mas também, dotar esse Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre mas também evitaria que esse mesmo povo fosse se desviasse do caminho traçado. (500 anos de Educação no Brasil)

Nota-se que as intenções hegemônicas sempre estiveram determinando o percurso que a população deve seguir, para que o próprio Estado possa continuar governando.

Torres diz que

a busca de discutir problemas de representação política e responsabilização (*accountability*), isto é, como as ações dos indivíduos, instituições e do próprio estado mesmo podem estar sujeitas a controles, medidas de equilíbrio e especialmente a medidas que refletem, na prática de indivíduos, instituições, corporações e agências estatais, os acordos centrais do pacto democrático de governo – ou que, de outro modo, evitem que estas práticas maculem, deteriore ou traiam o próprio pacto democrático. (TORRES, 2001, p.109)

A realidade educacional atual está “amparada” por Leis que asseguram a Educação no Brasil, como a LDB 9394 93, e a própria Constituição:

A Constituição Federal proclama que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (...) (C.F., art. 22, XXIV)

Objetivos constitucionais da educação (art. 214)

É competência do Congresso Nacional a edição de lei que estabeleça o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- melhoria da qualidade do ensino;
- formação para o trabalho;
- promoção humanística, científica e tecnológica do país.

A qualidade da Educação está entre os objetivos que a Constituição, enquanto Lei, deve conduzir. Porém, ao deparar-se com a realidade, sobretudo, em escolas públicas, ao considerar, de início, as estruturas físicas de escolas, verifica-se, de imediato, impossibilidades de oferecer melhor qualidade. Toda escola tem seu gestor, e, na teoria, está na responsabilidade dele, toda a organização da mesma. No entanto, em se tratando de escolas públicas, logo, a verba tem que ser pública. E o que ocorre, na grande maioria das vezes, é que muitos gestores tomam sua iniciativa, mas ao chegar no momento em que o Estado deve enviar a verba, entra todo um processo de burocratização, que não somente atrasa as melhoras necessárias, como muitas vezes, impede-as. O problema não é à burocracia, mas à burocratização. Enquanto existe a embromação, todo o contexto escolar fica prejudicado,

inclusive, e principalmente, a qualidade. A grande maioria das salas de aula são lotadas. E qual seja o perfil do aluno, a qualidade do objetivo de ensino-aprendizagem, na relação professor aluno, sempre acaba sendo lesada. Esse prejuízo é levado por questões de estrutura física, conteúdo, questões comportamentais, ausência ou deturpação de significados valorativos, que são importantes para o cumprimento para qualquer objetivo social, não sendo diferente dos objetivos escolares. Sabendo da complicada situação social, mais ainda deveria-se ter preocupação em cumprir-se com os objetivos escolares. Então entra a indagação a saber, que sujeitos e que sociedade, a hegemonia dominante e neoliberal quer constituir. Compreender a visão lucrativa e mercantilista, a concorrência, como um dos objetivos desse contexto neoliberal, ideologias diversificadas, não é difícil. Tudo gira em torno das estratégias neoliberais, sem deixar de mencionar a falta de liberdade, onde os indivíduos, acreditam-se livres e também autônomos.

Características individuais e coletivas próprias do neoliberalismo tem sido apresentadas por alunos. Não poderia ser diferente: indivíduos, sujeitos imersos no sistema, sujeitos aos recursos e adeptos deles, sujeito às ideologias, só restam a eles serem produtos do meio. Não se trata de desconsiderar, por exemplo, a pluralidade. Falta de limites e falta de ética não pode estar incluído em opção de escolha para pluralidade. Cinismo, egoísmo, indisciplina, incivilidade, violência são alguns dos frutos sobressalentes do neoliberalismo, e estão sendo os componentes que estão estruturando os indivíduos, desde os primeiros anos do ensino fundamental. Está praticamente impossível exercer promoção humanística nos contexto educacional. A dificuldade quanto ao cumprimento de regras é muito grande.

Em se tratando do trabalho, também é questionável a formação que esses indivíduos estão tendo, e as áreas que a alienação estão abrangendo. Ao frequentar uma escola não basta somente aprender que não deve se chegar atrasado, ou mesmo faltar muitas aulas sem motivo justificado. Ainda que as aptidões individuais sejam diferentes, que funções sejam diferentes, sempre existe algum denominador em comum, e necessário, para o êxito de propostas, no caso, de trabalho, ao qual os sujeitos estarão submetidos. Na falta de cumprimento de alguma necessidade, quem sairá prejudicado sempre será o sujeito que depende do trabalho, considerado as condições normais, sem os exageros e as explorações.

Luckesi (1990) diz que

Habilidades são modos adequados de agir em determinada situação, seja ela mental, social ou manual. Hábitos são modos de agir que se tornaram automatizados, de tal forma que reduzem o tempo e aumentam a perfeição em sua execução. Convicções são valores, os significados que, assumidos por cada sujeito, direcionam a sua vida individual e social. (LUCKESI, 1990, p.137).

Considerando as habilidades e hábitos, estão os sujeitos habilidosos em produzir e reproduzir ações e práticas neoliberais. Suas convicções estão difusas em meio às várias ideologias, e sujeitas sempre aos recursos neoliberais, como os tecnológicos e midiáticos. Os objetivos escolares não são a prioridade, e as questões de norma e ética ficam muito fragilizadas. Os indivíduos recebem muita informação, mas na sala de aula a concentração é reduzida. Muitas práticas de bullying. Atitudes violentas são comuns e tidas como brincadeiras entre os alunos.

Quanto aos conteúdos, os alunos passam de uma fase para outra com déficits, que deveriam ter sido resolvidos em tempo próprio. Assim, os problemas vão sendo sempre passados para frente, colocando a responsabilidade para outros profissionais, a quem não é devida tal obrigação objetiva, e com isso os problemas quase nunca são resolvidos. É colocada no professor muita sobrecarga. O compromisso, o aperfeiçoamento profissional são importantes, mas existe um exagero de responsabilidades ditas como sendo do professor, que não são dele, inclusive a culpa de fracassos escolares generalizados. Um professor em certas situações pode exercer sua humanidade, não ser negligente, contudo, ser culpado, e responsabilizado por competências que não são suas é indevido.

O professor está inserido nesse contexto social e neoliberal, ele não foge à reprodução da lógica do próprio sistema, que vem regida pelo egoísmo, a concorrência, o cinismo, integradores de sua individualidade e maneira de agir. E assim, ocorre o direcionamento a todo o contexto social, lembrando um círculo.

O professor, pela sua própria profissão, é capaz de influenciar e persuadir as pessoas. Parte integrante do contexto social deve servir aos interesses hegemônicos. Distante desses objetivos, pode tornar-se propenso a ser perseguido, como ocorreu na Ditadura Militar. Nos tempos atuais, a estratégia neoliberal é revelada pela perda de referência, quanto a importância da profissão docente. De sacralizado a profanado, está o profissional, sujeito às próprias estratégias neoliberais, e de certa maneira, refém delas, quando discordante. O contexto social também torna-se um repressor, e este costuma expressar-se na forma de violência, quando por exemplo, um professor percebe que um aluno ficou distante do objetivo almejado, e o mesmo resolve coagi-lo por meio de violência. A participação de pais de alunos, quando existe, é comprometida, e o diálogo entre pais de alunos e professores, limitado, assim também, como muitas vezes, as restrições dentro da própria escola, entre os profissionais.

Ferreira (1998) ressalta que:

A situação é delicada, pois é possível verificar que à medida que o problema se expande, passa a não se restringir apenas a professores. Acaba atingindo, cada vez mais, um número maior de pessoas, criando na sociedade uma espécie de convicção coletiva de que “fazer opção pelo magistério não é aconselhável”. (FERREIRA, 1998, p. 22)

Ao considerar escolha profissional, nos dias atuais, é necessário considerar não só a profanação do magistério em si, como questões estruturais, salariais, mas também os efeitos neoliberais, a proletarização: demanda, oferta e procura. A opção pelo magistério hoje, não é mais uma questão de gosto, e simplesmente, aptidão. Entra em questão a necessidade de sobrevivência e as ofertas, uma vez que o público educacional é constante e tende a ser em ordem crescente, e mencionando ainda as questões de gestão, onde as salas de aulas estão sempre com um número de alunos acima do ideal. Isso também interfere na qualidade educacional. Nem todos os que buscam a profissão o fazem por aptidão e gosto. Isso interfere na qualidade, e culmina favorecendo as manipulações neoliberais, sob a concorrência e instabilidade geradas pelo sistema. E conforme o próprio sistema reforça, a culpa será sempre dele.

As mídias como recursos integrantes das estratégias neoliberais estão o tempo todo a fabricarem seus produtos, fazerem suas propagandas e difundindo diversas ideologias. Programas, novelas, desenhos animados, jornais, revistas, jogos são fatores que influenciam a maneira de ser dos indivíduos, na maneira de agir, de pensar e de fazer escolhas. Muito tempo é disposto para as mídias, e muito do que é aproveitado é o que é proposto por ela, assim ela vai influenciando os indivíduos, a subjetividade deles e alcançando os objetivos que almejam. É ferramenta dos dominantes para eles mesmos, que incluem as influências, também, nas escolhas eleitorais e engano à população. Longe de objetivos anarquistas. Uma administração é importante e necessária para um país. E pelo caminho, a indagação de Marx: “Mas qual é o conteúdo da constituição política, do fim político, qual a finalidade desse fim? Qual é a substância?”. Toda substância, finalidade está incluída no contexto de manipulação da hegemonia dominante, e suas estratégias para permanecerem no poder.

Um dos principais fatos agravados por esse sistema é a violência. Violência física, psicológica... As práticas neoliberais são violentas. As crianças brincam com violência e de violência umas com as outras. Os pais agredem e ameaçam professores e profissionais da educação. Alunos também agredem professores. Em referência a questões de trabalho, a violência, o medo de perder o emprego a que essas questões condicionam, além da concorrência estipulada, são determinantes desse sistema fazendo com que os sujeitos estejam cada vez mais sujeitos a ele. Prejudica a vida dos profissionais afetando a qualidade do

ensino, e pior a própria saúde, seja ela física e principalmente mental e psicológica. É violência múltipla, ocasiona em muitos conflitos individuais.

Percebe-se uma sociedade muito intolerante. Aspectos determinados são escolhidos ideologicamente como destino de tolerância, enquanto outros são e tornam-se alvos da intolerância. Falta civilidade aos indivíduos. Sem civilidade, a racionalidade humana é questionável.

A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhes faltava. É só que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir baseando-se em outros princípios e a consultar a razão antes de ouvir suas inclinações. Embora nesse estado se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas ideias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos dessa nova condição não o degradassem frequentemente a uma condição inferior àquela donde saiu, deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de uma animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem. (ROUSSEAU, 1762, p.42)

É positivo quando Projetos Político-Pedagógicos fazem grande diferença. Muitas medidas em processos de ensino-aprendizagem são pouco aproveitadas devido ao contexto social, e a “garantia” de continuidade do percurso escolar é limitada. Por mais que profissionais se reúnam para avaliar o desempenho pedagógico, existem situações que ultrapassam os limites e as possibilidades de intervenção. Não é caso de incentivo a que os mesmos fiquem eximidos de suas responsabilidades e venham acomodar-se. A realidade é de impossibilidade em muitas situações.

Estão entre esses componentes, os integradores da crise e do fracasso da escola. Como asseguradora, legalmente, está a escola, de uma formação dos indivíduos enquanto cidadãos e de fornecimento a eles de meios para progredir no trabalho, sendo responsável, também, pela constituição dos indivíduos. Estão os indivíduos inseridos no contexto neoliberal, e também a escola. Essa estará também como favorecedora e promotora dessa lógica. Embora muitos dos conteúdos, em termos de organização curricular, modalidades de ensino, sejam substanciosos, muito do que os indivíduos continuarão aprendendo será a adaptação ao próprio contexto neoliberal e suas práticas. Nesse sentido a escola torna-se falida quanto aos seus objetivos educacionais principais, mas não quanto aos objetivos neoliberais. Não é simplesmente a escola que está fracassada, esse predicado direciona-se a toda uma realidade social, da qual, a escola é só mais uma necessária integrante, reprodutora e reflexo.

A formação ética no contexto neoliberal é a mais deteriorizada possível. Os indivíduos são críticos de informações, mas não são críticos quanto à consciência de sua liberdade e pouco estão dispostos a rever o seu conceito de consciência. E isso desde as fases infantis. Toda a estrutura social favorece a isso, inclusive a indução de perceber-se livre, sem sê-lo. Pouca disposição também quanto à busca da verdade, de entendê-la tal como ela é: o conceito de verdade para muitos pode ter diferentes sentidos, mas a consideração aqui é, de que a verdade deve ser entendida como ela é apresentada na realidade. A verdade como é, acaba sendo algo proposto, mas difícil de ser encontrado. Pela “acomodação”, a busca pela verdade torna-se restrita, devido à própria estrutura e formação social. Chauí (2012) tem a dizer sobre a dificuldade de buscar a verdade:

Em nossa sociedade, é muito difícil despertar nas pessoas o desejo de buscar a verdade. Pode parecer paradoxal que assim seja, pois parecemos viver numa sociedade que acredita nas ciências, que luta por escolas, que recebe durante 24 horas diárias informações vindas de jornais, rádios e televisões, [...].

[...] é justamente essa quantidade de veículos e formas de informação que acabam tornando tão difícil a busca da verdade, pois todo mundo acredita que está recebendo, de modos variados e diferentes, informações científicas, filosóficas, políticas, artísticas e que tais informações são verdadeiras, sobretudo porque tal quantidade informativa ultrapassa a experiência vivida pelas pessoas, que, por isso, não tem meios para avaliar o que recebem (2012, p.114).

Uma outra dificuldade para o desejo da busca da verdade vem da atitude dos políticos nos quais as pessoas confiam, ouvindo seus programas, suas propostas, seus projetos, enfim, dando-lhes o voto e vendo-se, depois, ludibriadas, não só porque não são cumpridas as promessas, mas também porque há corrupção, mau uso do dinheiro público, crescimento das desigualdades e das injustiças, da miséria e da violência (CHAUÍ, 2012, p.115).

Tanto a busca da verdade quanto o encontro da verdade são difíceis. Quando é despertado o interesse pela busca, várias barreiras aparecem. E muitos dos veículos dispostos pelas mídias são utilizados com fins que dificultam a busca da verdade. Os indivíduos tendem a encarar a verdade com aquilo que convem-lhes. Seria necessário uma disposição crítica muito profunda sobre si mesmo, quanto a si e quanto aos outros, enquanto indivíduo, de quem prefere contentar-se ou enganar-se nesse sistema capitalista, onde se acredita estar em condição de considerar conhecer a liberdade, para obter a condição de buscá-la e a possibilidade de encontrá-la, sem conhecê-la. Ainda que um indivíduo tivesse a possibilidade de conhecê-la, estaria limitado pela estrutura externa que o envolve e torna-se favorecedor ao próprio sistema. Outros que identificassem algum problema, e juntos, resolvessem tomar medidas a respeito, logo, conforme diz Durkheim, deparar-se-iam com os fatos sociais e toda a sociedade. Diante dessas constatações, obstáculos surgem. Para muitos, o melhor talvez seja acomodar. Da globalização, ainda que como recurso para alcance de objetivos, é inegável a influência em todo o contexto mundial, onde eles chegam. No ambiente escolar seriam

necessários políticas e projetos que favorecessem a conscientização das pessoas a esse respeito, diante do acúmulo de informações que as redes sociais e mídias lançam. Muitos são adversos aos objetivos escolares, questões de ética e limites. No entanto, se a Escola se propõe a medidas mais efetivas, não superficiais, estará ela diante de possíveis embates a fatos sociais, e nas próprias represálias que o “sistema” apresenta profissionalmente e socialmente.

No pensamento Lockeano, está o entendimento de que é necessário primeiro o bem-estar do indivíduo, para o bem da sociedade. Isso ao contrário dos objetivos neoliberais. Locke (1973) diz que:

“[...] falta uma lei estabelecida [...] a um consentimento comum. [...] falta um juiz conhecido e indiferente para resolver quaisquer dissensões, de acordo com a lei estabelecida; [...] falta muitas vezes poder que apóie e sustente a sentença quando justa, dando-lhe a devida execução. [...] Os inconvenientes a que estão expostos pelo exercício irregular e incerto do poder que todo homem tem de castigar as transgressões dos outros obrigam-nos a se refugiarem sob as leis estabelecidas de governo e nele procurarem a preservação da propriedade.” (Locke, 1973, p. 88 e p. 89)

A vida e sua sobrevivência é a maior propriedade que pode ter um indivíduo. A liberdade, junto com ela. Ao estar consciente de ser dono de uma propriedade, os indivíduos, necessitam de algum amparo, para seu bem comum, individual e coletivo para que possa preservá-la. A Lei é o que se espera de amparo, e quem a ela esteja em condição de melhor exercê-la, e se fazer exercê-la. Em situações de risco, busca-se os meios justos de evitá-lo e quando é sabido qual propriedade encontra-se ameaçada. É o normal.

Os sujeitos são donos de várias propriedades, inclusive da sua liberdade e formas de pensar. Geralmente, quando alguma delas está ameaçada, é porque algo consciente de sua existência sabe está ameaçando-a. Quando alguém faz alguma ameaça é porque existe algum interesse, objetivo. A incoerência entre promoção humanística e promoção de falta de liberdade é existente. Não há como proporcionar liberdade de um indivíduo tirando-a dele.

Os indivíduos, em sua convivência social necessitam de normas que sirvam de orientação para que tenha possibilidade de viver no máximo de harmonia possível. A Cultura também costuma ter medidas que favorecem essa convivência, ou que viola direitos individuais. Sendo assim, Leis “boas” são necessárias para que os indivíduos possam viver melhor em sociedade, e “ter seus direitos resguardados”. Essa é a proposta da Constituição. Em tese, é a Lei maior que resguarda os direitos dos cidadãos, e faz referência quanto as suas

obrigações, porém, os direitos tornam-se ameaçados quando, uma minoria que detem o poder em suas mãos, resolve, por meio de suas estratégias fazer as alterações que lhes são convenientes, de maneira tirânica. É o que diz Marx:

A Constituição não é mais do que um compromisso entre o Estado político e o Estado não-político; portanto é necessariamente em si mesma um compromisso entre poderes tem essencialmente heterogêneos. Logo, é aqui impossível que a lei exprima mais do que um destes poderes, na medida em que uma das partes da constituição tem o direito de a modificar na sua totalidade. (MARX, p. 89)

A alteração de Leis decidida a partir do “consenso” de alguns, de indução a outros, viola o que de mais democrático possa haver numa nação. São essas estratégias que ajudam a piorar ainda mais a condição da sociedade. Sujeitos às manipulações dos interesses hegemônicos, ficam cada vez mais os indivíduos, alienados e prisioneiros delas. Isso, inclusive, no setor educacional.

O governo implantou um Programa, chamado “Mais Educação”. Ele foi uma estratégia do Ministério da Educação criada pela Portaria Interministerial nº 17-27 e regulamentado por Decreto, e direciona à construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, onde amplia a jornada escolar nas redes públicas, para o mínimo de sete horas diárias, com várias atividades optativas. Em se tratando de proposta, poucas poderiam ser consideradas tão boas, se houvesse professores e outros profissionais, em quantidade suficiente para atender os alunos, se houvesse estrutura ampla, em todas as Escolas para oferecer o devido suporte aos alunos, e aos próprios professores, se não houvesse problemas externos trazidos para o ambiente escolar, e se realmente a escola, o governo e a estrutura social estivesse preocupada com o bem estar do educando, ... Enfim, para muitos pais que precisam trabalhar, e muitos com jornada de trabalho exaustiva, deixar seu filho em condição de bom cuidado e aprendizagem, seria seguro e oferecer-lhes iam certa tranquilidade mais consistente. Seria apreciador, uma vez que seus filhos estivessem mais “seguros” do que na rua, por exemplo, e a inserção na Escola, em condição integral, diminuísse, significativamente os riscos e problemas a que os alunos estão sujeitos quando estão na rua.

O contexto pode limitar uma ação institucional, e o cumprimento de seus objetivos essenciais, projetos e programas, e estará sempre sujeito ao comprometimento dos mesmos. “Despercebidamente” vão os sujeitos perdendo a sua liberdade. Indubitavelmente cada vez mais vulneráveis e colaboradores da dominação hegemônica.

3-CONCLUSÃO

Cabe ao ser humano o reconhecimento de seus limites e o entendimento de que fazer escolhas é necessário. A Física explica que toda ação implica numa reação. Nesse entendimento, as relações sociais também funcionam assim. Os efeitos negativos acontecem, e existem muitas coisas prejudiciais que causam os efeitos ruins tanto nos indivíduos quanto na sociedade. Em termos ecológicos, ao ser constatada a destruição gradativa da Camada de Ozônio, nota-se que algo aconteceu para esse resultado. Nesse caso, é verificada a poluição causada pelo ser humano, e sem sombra de dúvida, os responsáveis prejudicarão muitos outros. Mill (2006) diz que a única parte da conduta de qualquer pessoa, pela qual ela está submetida à sociedade é aquela que concerne aos outros. Mas essa “consciência” não é muito bem aplicada, nem tampouco esclarecida por todos. Geralmente, é sempre mais fácil colocar a culpa nos outros. Existem pesos, e responsabilidades que certamente são maiores a alguns, mas existem situações, em que a responsabilidade é de todos, e somente colocar a culpa nos outros não adianta.

O Neoliberalismo é um sistema que traz muitas características negativas, não simplesmente pelas nítidas tomadas dos direitos dos indivíduos, pelas desejáveis e impostas “eximção”, e inversões de postura do Estado quanto as suas responsabilidades sociais, uma tirania “disfarçada”, não somente pela implementação de políticas que levam a isso, mas pela forte influência que exerce, bem equipada de seus recursos que favorecem a adequação da subjetividade dos próprios indivíduos a esse sistema, fazendo-os também reprodutores das próprias condições que são interesse da lógica neoliberal.

As ideologias vão contribuir para formação subjetiva, psicológica dos indivíduos. A forma de agir tenderá estar respaldada nesse sistema. A sujeição aos interesses capitalistas e de lucro estarão determinando toda a lógica de vida dos indivíduos em sociedade. Suas “reflexões” e comportamentos estarão sujeitos ao meio em que vivem, às ideias que acreditam e, ou que foram convencidos e ao que existe em sua subjetividade acrescido de seu meio social.

Fazendo analogia, quanto à sociedade e natureza, Zizek refere-se à catástrofe que o próprio ser humano tem propiciado, além das consequências que a natureza vem sofrendo e reagindo: a esterilidade ecológica, os produtos e produções criados pelo ser humano que interferem na natureza e em seu desenvolvimento. Ele diz:

Os paradoxos desta lógica política do capitalismo contemporâneo são alvo da teoria recentemente popularizada da sociedade do risco. Os exemplos paradigmáticos dos riscos referidos pela teoria são o aquecimento do planeta, o buraco da camada de ozônio, a doença da vaca louca, o perigo representado pela utilização das centrais nucleares como fontes de energia, as conseqüências imprevisíveis da aplicação genética à agricultura, etc. Todos estes casos constituem aquilo que habitualmente se designa riscos de fraca probabilidade, conseqüências desastrosas: ninguém sabe o grau de grandeza dos riscos, a probabilidade de uma catástrofe planetária é fraca – mas, seja como for, se a catástrofe se produzir, será realmente definitiva. Os biólogos previnem-nos de que o recurso cada vez mais importante à alimentação e na nossa medicamentação pode acarretar a extinção do gênero humano, não devido a uma catástrofe ecologicamente direta, mas sendo simplesmente causa de esterilidade. O desfecho parece improvável, mas, apesar de tudo, catastrófico. O decisivo em termos de *modus vivendi* é que as novas ameaças constituiriam riscos inventados: resultariam da economia humana, das invenções tecnológicas e científicas sobre a natureza, que perturbam tão naturalmente os processos naturais que deixa de ser possível que se ignorem as responsabilidades, confiando à própria natureza a tarefa de encontrar um meio de restabelecer o equilíbrio perdido. Seria igualmente absurdo encetar uma viragem *New Age* contra a ciência, na medida em que tais ameaças são, na sua maioria, invisíveis, indetectáveis, sem os instrumentos de diagnóstico que a ciência proporciona. O conjunto das noções contemporâneas de ameaça ecológica – do buraco de ozônio aos fertilizantes e elementos coadjuvantes químicos em matéria alimentar – relevam estritamente da investigação científica. Embora os efeitos do buraco de ozônio sejam observáveis, a sua explicação causal por uma referência ao buraco de ozônio constitui uma hipótese científica: não há buraco de ozônio observável a olho nu, por cima das nossas cabeças no céu. Estes riscos são, de certa maneira, gerados por uma espécie de circuito autorreflexivo, quer dizer, não são riscos que venham do exterior, mas o imprevisível culminar da tentativa tecnológica e científica que indivíduos levam a cabo em vista de controlarem as suas vidas e de aumentarem a sua produtividade. (ZIZEK, p. 90).

Considerar a probabilidade de catástrofes naturais como fraca é um tanto ingênuo ou um tanto cego, uma vez que várias demonstrações a natureza tem feito como reações a efeitos da ação humana destrutiva. O buraco da Camada de Ozônio é uma ofensa grave ao Planeta, e ele é somente uma das conseqüências que podem desencadear outras ainda piores. Zizek refere-se à catástrofe que o próprio ser humano tem propiciado, além das consequências que a natureza vem sofrendo e reagindo: a esterilidade ecológica, os produtos e produções criados pelo ser humano que interferem na natureza e em seu desenvolvimento.

O indivíduo, naturalmente, depende de alimento para sua sobrevivência. Através do alimento, desde a tenra idade, ele cresce e desenvolve. Necessita do consumo do alimento para esse desenvolvimento. Se ele alimentar-se de produtos não bons, seu organismo sofrerá e reagirá conforme o grau de prejuízo.

Assim também, os indivíduos necessitam “alimentar” de ideias. “Alimentar” de ações. “Alimentar” de ideologias. E o que se tem anseio, é que sejam “alimentos” bons, que produzirão efeitos bons. Não sendo bons, farão mal ao organismo. Toda a questão desse aspecto tende a relevar a importância de dar significação, como ao próprio conceito de bem e de mal, ao fazer o bem e fazer o mal. Problemas aí vão existir, porque existe uma diferença

entre alimento e “alimento”. Mesmo que se compreenda que efeitos de alimento e “alimento”, alguns, como sendo nocivos ou não, perceptíveis de imediato, ou ao longo de um tempo mais distante, ainda sim, vai existir a abertura ao relativo entendimento do bem e do mal, mesmo que se tenha consenso de significações. O “alimento” como alimento, que a alguns faz mal e a outros não; o mau funcionamento que já apresenta determinado organismo, e que vai ter seu estado piorado por conter algum componente que vai fazer piorar a sua condição, são interpretações convenientes, sob o aspecto da analogia do termo alimento, para que haja sempre um desacordo.

A capacidade de pensar, a consciência, proporcionam reconhecimento dos limites. Compreender a importância do modo de agir, a busca de referências, o respeito à subjetividade dos indivíduos, mas sem declinar a um mero relativismo, faz toda uma diferença na constituição do indivíduo e da sociedade. Mesmo sem consenso quanto ao conceito de bem e mal, se os sujeitos não buscarem significação para suas escolhas, considerando os limites entre o seu eu e o dos outros, a sociedade tornar-se-á uma arena, que nem comparável a modos de vida de muitos animais irracionáveis será.

Os valores, as concepções, as percepções, as práticas compartilhadas, formas de pensar, as ideias, os fatos sociais que determinam as formas de viver, modelam a sociedade e dão forma a uma visão particular da realidade, que vai determinar como uma comunidade se organizará, nisso está incluído todos os setores da vida da sociedade, tendo como um de seus principais refletores e reprodutores, a Escola e o meio educacional. Cada sociedade possui sua referência, e a partir desta terá sua visão de mundo. Culturalmente, a sociedade é passível de progressos ou retrocessos.

A base da “organização” de uma sociedade pode ser a desorganização, ou a organização mal orientada, a confusão, a distorção, e suas referências, mais negativas que positivas, sobretudo, quanto às questões de formação humana e ética. São os piores efeitos que o Neoliberalismo tem causado nos indivíduos e na sociedade, assim como as consequências.

4-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- MILL, John Stuart. *Ensaio sobre a Liberdade*. Tradução Rita de Cassia Gondim Neiva. São Paulo, Escala.
- FERREIRA, Rodolfo. *Entre o sagrado e o Profano: o lugar social do professor*. Rio de Janeiro: Quartet, 1998. 136p.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 14 ed. São Paulo: Ática, 2012. 520 p
- ROCHA, Z. *Paixão, violência e solidão: o drama de Adalberto e Heloísa no contexto cultural do século XII*. Recife: UFPE, 1996. p. 10
- FREIRE, Gilberto. *Sociologia: Introdução ao estudo dos seus princípios*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973. 318 p.
- MARX, Karl. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. 2 ed. Portugal: Presença.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 926 p.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Os Pensadores :O Contrato Social* . Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 208 p. (p.07 a 51)
- SCHUTZ, Alfred :*Sobre a Fenomenologia e Relações Sociais*. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2012. 3557 p.
- SARTRE, Jean Paul. *O ser e o nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. Tradução: Paulo Perdigão. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 782 p.
- QUINTANERO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. *Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 157 p.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian.*A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. 189 a 376.
- HAN, Byung-Chul.*Psicopolítica: neoliberalismo e novas técnicas de poder*. Tradução: PEREIRA, Miguel Serras . Lisboa: Relógio D'Água, 2015. 92 p.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução: Magalhães, Lucy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 151 p.
- ZIZEK, Slavoj (org.).*Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

KURZ, Robert. *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus ocidentais*. São Paulo: Hedra, 2010.

TORRES, C. A. Estado, Privatização e política Educacional: Elementos para uma crítica do Neoliberalismo. In: GENTILLI, P. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*, 8 ed. Tradução: THURLER, Vânia Paganini; SILVA, Tomaz Tadeu. Petrópolis: Vozes, 2001. 109-135.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990. 183 p.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FILHO, Luciano Mendes de Faria. *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 608 p.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira.